

Alta de juros e pandemia pressionam empresas

Pagamento de dívidas é desafio em economia debilitada

Por Talita Moreira — De São Paulo
19/03/2021 05h01 Atualizado há 9 horas

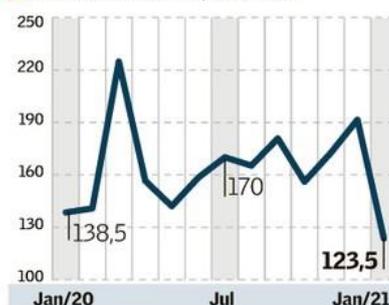
Dinheiro na mão

Crédito para pessoas jurídicas

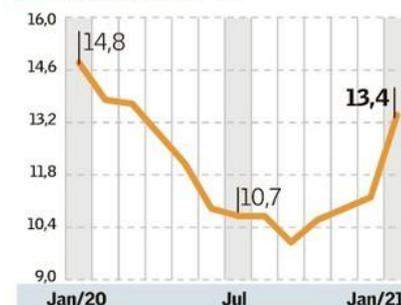
■ Saldo - R\$ bilhões



■ Concessões - R\$ bilhões



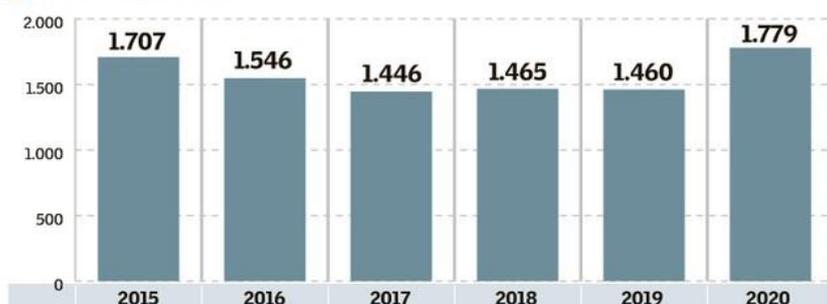
■ Taxa de juros - %



■ Inadimplência - %



■ Saldo - R\$ bilhões



Fonte: Banco Central

A subida mais forte das taxas de juros torna ainda mais desafiador o cenário para milhares de empresas neste ano, já pressionadas pelo fracasso do Brasil no combate à pandemia e pelo aumento de custos. Especialistas em reestruturação de passivos, bancos e associações setoriais veem risco de inadimplência e quebras num ambiente econômico ainda fraco.

Compromissos que foram adiados para 2021 com o objetivo de dar

fôlego aos empresários começam a se aproximar sem encontrar uma retomada consistente da atividade - o que deve levar a uma nova rodada de renegociações com os credores. Enquanto isso, a trajetória de alta da Selic iniciada nesta semana combinada aos juros futuros já elevados fará com que as companhias passem a pagar mais caro pelo dinheiro.

“A hora da verdade está chegando para as empresas”, diz Thomas Felsberg, sócio do escritório Felsberg Advogados, tradicional em processos de recuperação judicial.

A partir deste mês, começam a expirar o prazo de carência das linhas emergenciais de crédito abertas em 2020 para socorrer pequenas e médias companhias na crise do coronavírus. Também há uma parte dos contratos prorrogados pelos bancos e até por fornecedores prevista para voltar aos fluxos normais de pagamento.

Essas medidas foram adotadas nos primeiros meses da pandemia para dar fôlego às empresas e desarmar a bomba-relógio dos calotes. Funcionou, e a inadimplência até caiu em 2020. Porém, as iniciativas tinham como pressuposto a retomada da atividade neste ano - o que não aconteceu no primeiro trimestre e já é dúvida para o segundo.

Muitas companhias se endividaram em busca de liquidez e também para aproveitar os juros baixos oferecidos pelas linhas oficiais. Agora, lidam com um faturamento muito aquém do que estava previsto para este ano. “Não houve muito critério na concessão desses recursos e as empresas foram captando”, afirma Luis Alberto de Paiva, presidente da Corporate Consulting, que atua em reestruturação de dívidas. “Houve casos de empresas que já estavam paradas antes da pandemia e mesmo assim conseguiram tomar os recursos.”

A previsão da consultoria é que entre 90 mil e 120 mil empresas - principalmente pequenas - fechem as portas no Brasil neste ano. O número é superior ao de 2020, quando 75 mil deixaram de operar. Nem sempre essa situação é refletida nos números oficiais, diz Paiva, já que muitos empreendedores abandonam seus negócios sem encerrá-los formalmente.

Dependendo de quanto as taxas de juros subirem na ponta, ficará difícil para muitas companhias acomodarem os pagamentos de dívidas à geração de caixa que terão numa economia debilitada. “Os bancos até estão cooperando, mas a Selic está subindo. Estamos num impasse porque o volume de dívida que se acumulou no balanço das companhias vai ser obstáculo à recuperação”, diz Salvatore

Milanese, consultor especializado em recuperação de empresas, que está trabalhando em quatro pedidos de recuperação judicial. Ele diz que, neste ano, aumentaram as consultas de empresários sobre como repagar dívidas.

As concessões de crédito a pessoas jurídicas somaram R\$ 2 trilhões no ano passado, conforme dados do Banco Central. O volume é 9,15% superior ao liberado em 2019. Parte do crescimento se deveu às linhas anticrise. No Pronampe, programa com garantia do Tesouro voltado a micro e pequenas empresas, foram liberados R\$ 37,5 bilhões. No Peac/FGI, o volume chegou a R\$ 92 bilhões. Agora, há discussões no Congresso e no governo para reeditar essas linhas, só que com juros mais altos.

Outra parte do crescimento das concessões reflete as prorrogações oferecidas pelos bancos em 2020. Foram pausados os pagamentos de parcelas referentes a um total de R\$ 971,5 bilhões crédito, incluídos aí os segmentos de pessoas físicas e jurídicas. Do total, R\$ 105,1 bilhões foram flexibilizações para micro e pequenas empresas.

Executivos de bancos já admitem a necessidade de nova rodada de medidas para dar fôlego aos clientes. No entanto, a tendência agora é que o setor não atue de forma tão generalizada e se concentre nos setores mais afetados. A análise será caso a caso, segundo fonte do setor.

Uma subida da inadimplência já estava prevista para este ano, e as instituições financeiras estão com provisões reforçadas. A dúvida é se o indicador voltará ao patamar pré-pandemia, como esperavam os bancos, ou se irá além. A taxa de calotes de empresas caiu de 2,2% no fim de 2019 para 1,2% em 2020. “Não aumentou ainda, mas vai aumentar”, diz executivo da área de crédito de um banco.

O fim dos benefícios emergenciais e uma queda na confiança são sinais de alerta para a inadimplência, destaca o Itaú BBA em relatório a clientes. Os analistas do banco veem tendência de alta nos indicadores de atraso neste ano.

Essa também é a expectativa de Patricia Krause, economista da Coface para a América Latina. A seguradora prevê alta de 2,8% para o PIB brasileiro. “Um prolongamento da pandemia, sem novas medidas e com alta de juros, é preocupante”, afirma.

A Coface, que atua no seguro de crédito, apontou num relatório em fevereiro que a intervenção estatal evitou um estouro da inadimplência

em diversos países, e o Brasil foi um dos mais beneficiados por esse efeito. Porém, a seguradora apontou o risco da proliferação, no mundo, de “zumbis”, empresas ainda vivas, mas endividadas demais para investir e crescer.